

3 EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA NO SÉCULO XX EM PAÍSES SELECIONADOS

Este capítulo tem por objetivo analisar os resultados da experiência desenvolvimentista em países selecionados durante a segunda metade do Século XX a fim de identificar os fatores impulsionadores de seu desenvolvimento econômico. Para efeito da análise de suas experiências desenvolvimentistas, foram selecionados o Japão, a Itália e a Coreia do Sul, países que experimentaram extraordinário desenvolvimento econômico da década de 1930 até a de 1980, quando os dois primeiros saíram da condição de países semiperiféricos para galgarem a de integrantes do núcleo orgânico da economia capitalista mundial e o último deixou a condição de país periférico para alcançar a de país semiperiférico da economia capitalista mundial.

Além desses países, foram analisadas, também, as experiências desenvolvimentistas de Taiwan e da República Popular da China, que vêm apresentando crescimento extraordinário no período recente. Foram analisados, também, as experiências de desenvolvimento endógeno implementadas no Brasil e no exterior e o conceito de desenvolvimento sustentável, além de serem apresentadas conclusões sobre o processo de desenvolvimento econômico e social. O Mapa 11 mostra a localização do Pacífico Asiático onde ocorreu o maior crescimento econômico mundial na segunda metade do Século XX.

MAPA 11
PACÍFICO ASIÁTICO



Base: Atlas, 2002.
Adaptação do autor

3.1 EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA NO JAPÃO¹⁰

3.1.1 O processo de desenvolvimento do Japão

O processo de crescimento econômico, transformação tecnológica e desenvolvimento social alcançado pelo Japão na última metade do século, ressurgindo das cinzas de suas ambições imperialistas destruídas, é um fenômeno extraordinário. Essas realizações, sem dúvida, exigiram tremendo esforço de toda a sociedade japonesa, com seus trabalhadores dedicando-se a muito mais horas de trabalho que os colegas norte-americanos e europeus, consumindo muito menos e economizando/investindo muito mais por um longo período de tempo.

O Japão foi ajudado pelas reformas impostas pela ocupação norte-americana, dentre as quais, as mais importantes, a reforma agrária, a legislação trabalhista, a proibição de monopólios econômicos que levou ao desmantelamento dos *zaibatsu* e a nova legislação eleitoral que conferiu às mulheres o direito ao voto. O impressionante processo de desenvolvimento do Japão tem como base um projeto de afirmação de identidade nacional em continuidade à Revolução *Meiji* de 1868 que foi realizada para capacitar o país a enfrentar o desafio ocidental.

Após o fracasso da jornada democrática para a modernização durante o período *Taisho* (1912–26) como do projeto militarista ultranacionalista do período 1935–45, o nacionalismo japonês ressurgiu sob a forma de projeto de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado e voltado para a concorrência pacífica na economia internacional. O Japão promoveu uma mobilização coletiva: primeiro sobreviver, depois competir e, por fim, afirmar-se via produção industrial, gestão econômica e inovação tecnológica.

O ponto inicial de qualquer análise do desenvolvimento japonês deve ser a busca da independência e do poder nacional, por intermédio de meios (econômicos) pacíficos, segundo a Constituição de 1947 que renunciou à guerra e às forças armadas de forma definitiva. O cerne do processo de desenvolvimento japonês desde a década de 50 é o projeto nacionalista do Estado desenvolvimentista, implementado pela burocracia estatal em nome da nação. Os burocratas do Estado têm orientado e coordenado as empresas japonesas organizadas em redes (*keiretsu e kyogio shudan*), ajudando-as com políticas de comércio, tecnologia e crédito para competirem com sucesso na economia mundial.

¹⁰ Análise baseada nas obras de CASTELLS, 1999; PORTER, 1993; DOBBS-HIGGINSON, 1998; SATOSHI, 1985; JOMO, 2001.

O superávit comercial reciclado como superávit financeiro, aliado à alta taxa de poupança interna, permitiu uma expansão não-inflacionária, possibilitando, ao mesmo tempo, altas taxas de investimento e aumento rápido dos salários reais. Índices elevados de investimento em P&D e enfoque em indústria avançada capacitaram o Japão a assumir uma posição de liderança nos setores de tecnologia da informação em uma época em que seus produtos e processos se tornaram essenciais na economia global.

Esse desempenho econômico contou com a estabilidade social e a alta produtividade da força de trabalho por meio da cooperação entre a gerência e os trabalhadores, possibilitada pela estabilidade no emprego e pela promoção da força de trabalho permanente com base no tempo de serviço. A estabilidade social baseava-se em três fatores principais: a) comprometimento do povo para reconstruir a nação; b) acesso ao consumo e melhoria substancial dos padrões de vida; c) família patriarcal forte e estável que reproduzia os valores tradicionais, induzia à ética do trabalho e proporcionava segurança pessoal a seus membros, à custa da manutenção da submissão feminina.

Os mecanismos indutores do crescimento econômico, elaborados e implementados por essa máquina estatal nacionalista, têm sido expostos em uma série de monografias sobre o “milagre japonês”: incansável direcionamento para exportações com base em alta competitividade, possibilitada por aumentos substanciais da produtividade, pela qualidade do trabalho e pelo protecionismo dos mercados internos; abundância de capital resultante do alto índice de poupança e crédito de curto prazo para os bancos das *keiretsu* pelo Banco do Japão, a baixas taxas de juros; esforço sustentado para o desenvolvimento tecnológico com programas para aquisição de tecnologia e inovação tecnológica patrocinados pelo governo; ênfase na indústria; política industrial, mudando dos setores de baixa tecnologia para os de tecnologia média e, depois, para os de alta tecnologia, acompanhando a evolução da tecnologia, da demanda mundial e da capacidade produtiva das indústrias japonesas.

As indústrias japonesas conseguiram passar, com velocidade notável, de produtos e processos de baixo valor agregado para produtos e processos de alto valor agregado, superando primeiro a Europa e depois os Estados Unidos em muitos setores importantes, de automóveis a semicondutores. Essa situação persistiu até que a contra-ofensiva tecnológica/ gerencial das empresas norte-americanas, na década de 90, colocou-as à frente da concorrência japonesa na esfera mais alta dos microcomputadores, *softwares*, microeletrônica, telecomunicações e biotecnologia. No entanto, as empresas japonesas continuam predominando na fabricação de

produtos eletrônicos para consumo, *chips* de memória e equipamentos de semicondutores e ainda são fortes concorrentes em toda a gama de setores da indústria avançada, com a importante exceção de produtos dos ramos farmacêutico e químico. A eficácia da orientação administrativa teve a ajuda decisiva da estrutura em rede, comum às empresas japonesas.

O grande crescimento do Japão baseou-se em um sistema financeiro bancado pelo governo, destinado a garantir segurança tanto aos poupadores quanto aos bancos e a oferecer crédito fácil com juros baixos às empresas. Por longo tempo, as instituições financeiras japonesas operaram relativamente isoladas dos fluxos de capital internacional e sob regulamentação e diretrizes de políticas elaboradas e interpretadas pelo Ministério da Fazenda. O mercado acionário não era fonte importante de financiamento e não representava investimento atraente para poupança.

Enquanto o sistema funcionou, baseado em competitividade no exterior, altos ganhos com exportações, altas taxas de poupança e valores inflacionados no país, o próprio sistema financeiro foi alimentando sua expansão. Em 1990, oito dos dez maiores bancos do mundo, em volume de depósitos, eram japoneses. O modelo japonês representa uma experiência crucial que demonstra como a intervenção estatal estratégica e seletiva pode tornar uma economia de mercado mais produtiva e mais competitiva, contestando, dessa forma, afirmações ideológicas sobre a eficiência superior inerente à economia do *laissez-faire*.

3.1.2 Bases do desenvolvimento do Japão

O Japão tem grande reserva de recursos humanos alfabetizados, educados e cada vez mais habilitados. Os japoneses são disciplinados, trabalham com afinco e estão dispostos a cooperar com o grupo. O Japão beneficiou-se de uma grande reserva de engenheiros. As universidades japonesas formam muitos mais engenheiros *per capita* do que as universidades dos Estados Unidos.

A base científica do Japão não se rivalizou com a dos Estados Unidos ou Alemanha, mas se tornou significativa em vários campos. O que é excepcional em relação ao sistema educacional pós-secundário do Japão é a educação e o treinamento proporcionado nas companhias, tanto aos trabalhadores quanto aos diretores.

As companhias japonesas são o principal motor de pesquisa e desenvolvimento no Japão. A pesquisa universitária é limitada e o intercâmbio entre as companhias e universidades modesto, se comparado a outros países. As companhias japonesas também tiveram habilidade excepcional para conseguir tecnologias no exterior.

O hábito de poupar era, em parte, cultural, e em parte, reflexo das políticas do governo. A ausência de recursos naturais no Japão traduziu-se em inovação em muitas indústrias japonesas. O mercado interno, não os mercados externos, levou ao desenvolvimento a maioria das indústrias japonesas. Só mais tarde, as exportações se tornariam significativas. O papel das indústrias correlatas e de apoio na vantagem competitiva nacional é um dos aspectos mais notáveis da economia japonesa. As indústrias bem sucedidas cresceram a partir de outras correlatas. Quando diversificam, as empresas japonesas o fazem, quase exclusivamente em setores correlatos.

As empresas japonesas maiores têm, com frequência, redes de pequenos e médios subempreiteiros e fornecedores. Com empresas e seus fornecedores colocados perto uns dos outros, as informações circulam livremente, o serviço é excelente e as mudanças rápidas. As relações entre a mão-de-obra e a administração são respeitadas e as greves raras. Os engenheiros estão na direção de muitas das principais companhias fabris do Japão onde a orientação técnica é predominante.

Embora exista um grande mercado interno, a intensa rivalidade interna e capacidade ociosa são estímulos para as vendas internacionais. Talvez o maior determinante isolado do sucesso japonês seja a natureza da rivalidade interna. A proliferação de rivais internos, juntamente com a pressão da demanda e metas intensivamente orientadas para a parcela de mercado, cria uma situação favorável à inovação e à mudança.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o papel do governo foi relativamente pesado. Dirigiu o fluxo de capital e recursos escassos para determinados setores, limitou a entrada de capital estrangeiro, negociou licenças de tecnologia estrangeira, conteve as taxas de câmbio e proporcionou vários tipos de assistência na exportação.

3.1.3 A crise econômica atual do Japão

Desde meados da década de 1980, o Japão começou a apresentar uma crise estrutural na qual a crise financeira estava no primeiro plano. O principal problema é o surpreendente volume de empréstimos incobráveis acumulado por bancos japoneses equivalente a 12% do PIB do Japão. Tal crise financeira fez com que vários bancos fossem incorporados, estatizados ou liquidados. Os bancos sobreviventes restringiram o crédito de forma drástica e, assim, esgotaram o crédito para a economia. Em 1998, a economia japonesa encolheu e as perspectivas para o fim do século eram de recessão prolongada.

Três fatores foram decisivos para o fim desse sistema financeiro. Primeiro, a bolha dos mercados imobiliários e de ações estourou em 1991. Segundo, com a exposição das instituições financeiras japonesas aos mercados financeiros globais, ficou cada vez mais difícil seguir as práticas financeiras usuais do país. Terceiro, o governo perdeu muito de sua capacidade de cobrir os débitos bancários e a potencial inadimplência.

O problema mais sério do sistema financeiro japonês resultou de sua crescente exposição aos mercados financeiros globais. Diante de uma economia japonesa estagnada e com um próspero mercado na região do Pacífico asiático, os bancos e instituições financeiras japonesas emprestaram grandes somas de dinheiro a esses mercados emergentes reproduzindo as mesmas práticas de crédito usadas no Japão. Quando a crise eclodiu nesses mercados, muitos empréstimos perderam as garantias, causando inadimplência.

3.2 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA NA ITÁLIA¹¹

3.2.1 O processo de desenvolvimento da Itália

A Itália voltou às fileiras dos países adiantados nas duas últimas décadas. O crescimento geral da Itália na participação das exportações mundiais só é menor do que o do Japão, entre as nações mais importantes. O crescimento de sua produtividade e de sua renda *per capita* só é menor do que o do Japão e Coreia, entre os países estudados.

As indústrias italianas internacionalmente bem-sucedidas tendem a caracterizar-se como empresas médias e pequenas que competem principalmente na exportação, com investimento exterior direto limitado. As grandes empresas representam parcela modesta no total do comércio italiano. Outra característica notável das indústrias italianas é a concentração geográfica; muitas, talvez centenas de empresas de uma indústria estão localizadas numa única cidade.

A maioria dos bancos italianos é controlada, direta ou indiretamente, pelo Estado e são extremamente conservadores. A grande maioria do capital bancário vai para as grandes empresas, os projetos do governo ou empresas estatais e para o financiamento da enorme dívida nacional. O capital de risco é praticamente inexistente na Itália.

Dois aspectos caracterizam o desenvolvimento econômico italiano no período pós-guerra: a ocorrência de uma elevada taxa de crescimento do PIB e o aumento das desigualdades

¹¹ Análise baseada nas obras de PORTER, 1993; CESAROTTO FILHO e PIRES, 1999.

regionais, criando um dualismo entre o norte e o sul da Itália. O norte é a parte industrializada, com grandes empresas, enquanto a produção no sul é realizada principalmente por pequenas empresas, que absorveram o excesso de mão-de-obra dos setores mais avançados da economia.

Desde os anos 50, a política do governo italiano de apoio às empresas voltou-se principalmente para o sul do país, incluindo Sardenha, Sicília e outras ilhas, (“Mezzogiorno”), procurando atrair novos investimentos para essa área. Até 1993, diversos incentivos foram concedidos a essa região, destacando-se a isenção por 10 anos do pagamento de impostos de renda das indústrias e de tributos locais, tratamento favorecido no pagamento do imposto sobre o valor adicionado, apoio financeiro, dispensa do pagamento da parcela dos trabalhadores no imposto sobre a previdência social e redução de determinadas tarifas.

A partir de 1994, as áreas menos desenvolvidas do país passaram a ser beneficiadas por programas de incentivo da Comunidade Européia (CE). Também em 1994, foi fundada, pelo Ministério da Fazenda, a IG (Società per L’Imprenditorialità Giovanile) para substituir o antigo programa estatal de apoio ao jovem empresário (Comitê para o Desenvolvimento do Empreendimento entre as Pessoas Jovens), criado em 1986. Já no norte da Itália, o crescimento das MPMEs¹² foi impulsionado pelo processo de desverticalização da produção das grandes empresas, iniciado entre os anos 60 e 70, em função dos aumentos nos encargos trabalhistas.

No início dos anos 70, no entanto, entre o norte e o sul da Itália surgiu uma “Terceira Itália”. Nessa região, o crescimento das MPMEs foi impulsionado pela formação de “distritos industriais”, nos quais estabeleceu-se um sistema de confiança e cooperação entre tais empresas, que se especializaram na produção de artigos com o slogan *Made in Italy*. Nessas áreas, o desenvolvimento das MPMEs não foi realizado pela descentralização da produção das grandes empresas, mas por laços econômicos, sociais, políticos e culturais históricos, que permitiram até mesmo às estruturas produtivas consideradas ineficientes tornarem-se eficientes nesse caso específico.

3.2.2 Bases do desenvolvimento da Itália

O sistema universitário é acentuadamente estatal. As empresas italianas oferecem pouco treinamento formal e não apóiam ativamente as universidades. O treinamento avançado na

¹² MPMEs – micros, pequenas e médias empresas

Itália é feito no emprego.

Os grupos de indústrias correlatas e de apoio são uma característica da economia italiana. As relações verticais entre indústrias bem-sucedidas são as mais acentuadas. As relações horizontais baseiam-se mais tipicamente em demandas do consumidor ou canais de distribuição comuns. Os níveis de integração vertical nas empresas italianas tendem a ser muito baixos. As empresas subcontratam outras firmas.

A verdadeira mola propulsora do sucesso italiano em muitas indústrias é a extraordinária rivalidade entre as centenas de competidores internos. O efeito dessa competição é a inovação e especialização constantes. As barreiras comerciais limitam os rivais estrangeiros.

Grande parte da ajuda governamental foi canalizada para salvação de empresas, subsídios e promoção do desenvolvimento no Sul do país. A política regional é baseada na atração de fábricas isoladas para o Sul, com pesados subsídios e promoção do desenvolvimento dessa região do país.

3.3 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA NA CORÉIA DO SUL¹³

3.3.1 O processo de desenvolvimento da Coréia do Sul

A intervenção norte-americana na Coréia foi fundamental para a criação de uma economia moderna em 1948–60, mediante a reforma agrária, o apoio militar e a ajuda financeira maciça que permitiu a reconstrução e a sobrevivência do país. O rápido processo de desenvolvimento da Coréia do Sul começou no governo Park Chung Hee, instaurado pelo golpe militar de maio de 1961.

Com o apoio militar, financeiro e político dos Estados Unidos, os militares da Coréia do Sul engajaram-se na construção de uma poderosa economia como alicerce de seu projeto nacionalista. Nos estágios iniciais de desenvolvimento, o Estado assumiu um papel empresarial por meio de empresas e investimentos públicos.

O governo Park, muito influenciado pelo modelo japonês, visava criar uma estrutura industrial baseada em grandes empresas coreanas, organizadas como conglomerados. Para tanto, foram estabelecidas fortes medidas protecionistas com o objetivo de preservar os

¹³ Análise baseada nas obras de CASTELLS, 1999; PORTER, 1995; DOBBS-HIGGINSON, 1998; CANUTO, 1994; KANG, 1990; JOMO, 2001.

mercados internos. Dado o limitado poder de compra do mercado interno, o governo decidiu manter uma estratégia totalmente voltada para exportação com base na indústria.

Com o controle do sistema bancário e das licenças para exportação/importação, o Estado provocou a fusão das empresas coreanas na forma de grandes redes verticais (*chaebol*), semelhantes às *keiretsu* japonesas, contudo sem independência financeira. O governo instituiu um Conselho de Planejamento Econômico que projetou e implementou vários planos econômicos quinquenais e direcionou as empresas coreanas para os setores considerados estratégicos para a economia nacional.

O nacionalismo do governo levou à rejeição a presença excessiva de empresas multinacionais estrangeiras, temendo sua influência sobre a sociedade e a política. Assim, a entrada de capital na Coreia do Sul tomou a forma de empréstimos garantidos pelo governo sob patrocínio dos Estados Unidos. O capital estrangeiro representou 30% da formação de todo o capital interno bruto entre 1962 e 1979.

Foi apenas na década de 70, quando as bases da economia sul-coreana estavam solidamente estabelecidas sob o controle rígido dos *chaebol* orientadas pelo Estado, que o governo se movimentou para procurar investimentos estrangeiros diretos. O governo era muito seletivo ao permitir investimento estrangeiro, procurando, sobretudo, empresas que pudessem facilitar alguma transferência de tecnologia.

O Estado agiu de forma repressiva contra os trabalhadores. A manutenção do aumento dos salários em nível substancialmente mais baixo do que o crescimento da produtividade era a base da política econômica governamental. A ênfase em ciência e tecnologia aliada à melhoria dos produtos e processos na indústria coreana tem sido a obsessão da Coreia do Sul desde a década de 60.

3.3.2 Bases do desenvolvimento da Coreia do Sul

Os coreanos têm um alto índice de alfabetização e alto nível médio de educação. O sistema universitário é amplo e investimentos particularmente agressivos foram feitos na engenharia. As despesas com educação representavam 20,8% do orçamento governamental em 1987. A pesquisa acadêmica é complementada por todo um leque de institutos de pesquisas especializadas financiadas no todo ou em parte pelo governo.

As principais companhias coreanas investem muito no aprimoramento de sua capacidade técnica. Muitas das indústrias coreanas beneficiaram-se da presença de grandes empresas de comércio internacional com redes internacionais de escritórios bem estabelecidas e ajudaram os fabricantes coreanos a penetrar nos mercados estrangeiros. Os *chaebol* foram protegidos e fortemente apoiados pelo governo. Controlam o capital e a influência para fazer grandes investimentos em indústrias como construção naval e semicondutores.

O papel do governo coreano na canalização de capital foi vital quando o país sofria sua escassez. A proteção do mercado interno contra as importações e o investimento estrangeiro era comum. O governo coreano procurou assegurar as melhores condições para o licenciamento de tecnologia estrangeira em indústrias escolhidas, o que reduziu o custo da obtenção dessa tecnologia e apressou o processo pelo qual as empresas coreanas desenvolveram a sua própria capacidade técnica.

3.3.3 A crise econômica da Coreia do Sul

A crise sul-coreana começou com a falência, em janeiro de 1997, de uma das grandes *chaebol*, a Hanbo. Nos meses seguintes, várias outras entre as 30 maiores também declararam falência. Em setembro de 1997, empréstimos inadimplentes e falências representavam cerca de 7,5% do PIB. O declínio subsequente dos preços das ações e o rebaixamento dos títulos e valores mobiliários sul-coreanos pelas agências internacionais de classificação de risco levaram a uma debandada de credores estrangeiros que exigiam o resgate de seus empréstimos. Seguiu-se a fuga de capitais.

Três fatores foram cruciais para a falência das *chaebol*: 1) Estavam produzindo a custos mais altos do que seus concorrentes asiáticos e não eram capazes de competir em nível tecnológico com as empresas japonesas, norte-americanas e até mesmo taiwanesas; 2) As transações financeiras já não eram mais intermediadas pelo Estado, mas por bancos coreanos sem regulamentação rígida o que fez com que o coeficiente de endividamento das empresas subisse de forma assustadora, levando o sistema financeiro a uma situação de risco; 3) A mudança de atitude do Estado sul-coreano que não socorreu as *chaebol* em geral, concentrando-se apenas naquelas empresas em que o governo tinha interesse pessoal ou político.

A ausência de regulamentação e o pouco controle do governo sobre o sistema financeiro foram os fatores decisivos para que a crise financeira arruinasse a economia. Analisando as raízes da crise dos “tigres asiáticos”, pode-se afirmar que a liberalização financeira reduziu o

monitoramento e a supervisão das operações e transações bancárias, também aquelas que exigiam mais prudência. Houve também um significativo aumento de bancos privados e de transações internacionais. Além disso, a liberalização dos serviços financeiros bem como das regulamentações de investimentos, incluindo a liberalização de capitais, reduziu a capacidade nacional de administrar os fluxos financeiros que contribuíram decisivamente para a eclosão da crise na Ásia.

3.4 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA EM TAIWAN¹⁴

3.4.1 O processo de desenvolvimento de Taiwan

O crescimento taiwanês foi conquistado em grande parte com produtividade e competitividade geradas por um sistema de produção flexível. A flexibilidade diz respeito à estrutura industrial em si e a sua adaptabilidade geral às condições da economia mundial em constante mudança sob a direção de um Estado forte.

Durante o processo de desenvolvimento, o modelo de crescimento econômico mudou drasticamente da ênfase na indústria em substituição à importação dos anos 50, passando pela industrialização orientada à exportação na década de 60 (o período de decolagem) e chegando à fase que Gold (1986) chama de “substituição da importação voltada para a exportação” durante as décadas de 70 e 80 (ou seja, a ampliação da base industrial para alimentar exportações de bens manufaturados).

Nos anos 80, quando Taiwan se tornou uma potência econômica por si só, as empresas taiwanesas enfrentaram o mercado mundial, internacionalizando sua produção e seus investimentos na Ásia (em especial na China) e nos países da OCDE (sobretudo nos Estados Unidos).

Uma reforma agrária de inspiração norte-americana destruiu a classe de proprietários rurais e gerou uma grande população de pequenos agricultores que, com a ajuda do Estado, aumentou a produtividade agrícola de forma significativa. A produtividade agrícola foi a primeira fonte de acúmulo de superávit. Gerou capital para investimentos e liberou mão-de-obra para o trabalho no setor industrial urbano.

O Estado taiwanês atraiu o investimento estrangeiro como um modo de obter capital e acesso aos mercados internacionais. Mas as empresas estrangeiras eram ligadas, por meio de sistema

¹⁴ Análise baseada nas obras de CASTELLS, 1999; DOBBS-HIGGINSON, 1998; JOMO, 2001.

de subcontratação, a uma ampla rede de pequenas empresas que formavam uma base significativa para produção industrial. Na verdade, com exceção do setor eletrônico, o investimento estrangeiro direto não representou e não representa um componente importante da economia taiwanesa.

A orientação da economia voltada para o exterior não implica seu controle por multinacionais (como em Cingapura) nem a formação de grandes conglomerados nacionais (a exemplo da Coreia), embora vários grupos industriais tenham se desenvolvido sob os auspícios do Estado e, na década de 90, houvesse diversas empresas taiwanesas de grande porte totalmente internacionalizadas.

A maior parte do desenvolvimento de Taiwan foi possibilitada por uma combinação flexível de redes descentralizadas de empresas familiares taiwanesas, atuando como subcontratadas para fabricantes estrangeiros localizados em Taiwan e como fornecedoras de redes comerciais internacionais, em geral conectadas por intermediários.

O Estado foi o principal agente na orientação e coordenação do processo de industrialização, na montagem da infra-estrutura, na atração do capital estrangeiro, na escolha das prioridades para investimentos estratégicos e na imposição de suas condições, quando necessário.

O Estado taiwanês desempenhou um papel secundário na crescente competitividade das empresas taiwanesas durante a década de 90. Havia redes dessas empresas em Taiwan, na Ásia e nos Estados Unidos (em especial no Vale do Silício) que encontraram o próprio caminho para sair da crise dos semicondutores.

3.4.2 Bases do desenvolvimento de Taiwan

Um fator essencial no aumento da produtividade econômica foi o grande rendimento da mão-de-obra mediante uma combinação de salários baixos, educação decente, trabalho árduo e paz social.

O fator mais essencial para a manutenção da paz social foi a estrutura industrial em si, formada por milhares de pequenas empresas, muitas das quais tendo como base os membros da família e redes sociais primárias, às vezes ligadas à atividade agrícola de meio expediente.

Em meados dos anos 80, Taiwan tornou-se uma economia madura e diversificada, com sólida base nos mercados mundiais e as maiores reservas monetárias do mundo. As empresas taiwanesas sentiam-se fortes o suficiente para enfrentar a China, investindo por meio de Hong

Kong e tornando-se participantes fundamentais do milagre econômico chinês.

3.4.3 A crise econômica atual de Taiwan

As vastas reservas de moedas estrangeiras de Taiwan, as maiores do mundo, desencorajaram a maior parte dos ataques especulativos. Embora sofresse com a crise, perdendo importantes mercados de exportação, Taiwan foi poupado da maior parte das turbulências financeiras.

3.5 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIMENTISTA NA CHINA¹⁵

3.5.1 O processo de desenvolvimento da China

O fato de o Império do Meio, rompendo com um padrão milenar de isolamento absoluto ou relativo, ter se incorporado deliberadamente ao resto do mundo mudou o curso da história universal. Menos de duas décadas após o começo da “política de portas abertas”, o crescimento econômico chinês, o mais rápido do planeta, e a competitividade da China no comércio internacional surpreenderam governos e empresas, despertando sentimentos contraditórios.

A integração da China na economia global não teve um bom começo no início dos anos 80: a política das Zonas Econômicas Especiais que criava quatro Zonas de Processamento de Exportação, enfrentando Hong Kong, Macau, Taiwan, pretendia oferecer mão-de-obra e terra barata, isenção tributária e disciplina social a investidores estrangeiros, sobretudo empresas multinacionais com o objetivo de serem utilizadas como plataformas de exportação.

Uma vez estabelecidas as redes de investimentos de Hong Kong e Taiwan no fim dos anos 80, o capital fluiu de todo o globo, boa parte dele proveniente das comunidades chinesas do exterior. Os governos provinciais e locais da China investiram em novas empresas voltadas para o mercado, muitas vezes em *joint ventures* com investidores estrangeiros e tornaram-se a fonte “privada” de acumulação capitalista como empresários coletivos que compartilhavam os benefícios de seus empreendimentos.

Surgiu na China uma nova classe capitalista constituída, sobretudo, por “empresários burocráticos”, isto é, por indivíduos (com muita frequência membros do Partido Comunista) que têm acesso a recursos graças a seu controle sobre as instituições e finanças públicas. Com a utilização desses recursos, eles investem em negócios em nome das instituições públicas que

¹⁵ Análise baseada nas obras de CASTELLS, 1999; DOBBS-HIGGINSON, 1998; JOMO, 2001; COUTINHO, 2002.

representam sozinhos ou com outras instituições burocráticas ou cada vez mais em parceria com investidores estrangeiros. Essas empresas mistas são o elemento mais importante do capitalismo chinês. É um capitalismo bastante descentralizado porque segue os contornos das alianças provinciais e locais das redes de empresas com as quais estão conectadas.

Em meados dos anos 90, o processo de desenvolvimento estava sob a supervisão do Estado. Em 1997–98, a China consolidou seu poder econômico e manteve relativa estabilidade, resistindo ao assalto destrutivo dos fluxos financeiros e evitando entrar em recessão. O governo chinês sentiu-se forte o suficiente até para salvar o dólar de Hong Kong da desvalorização.

Um fator que manteve a China na trajetória do desenvolvimento foi a administração pelo governo de seu ritmo de integração no comércio internacional. O principal fator que explica a capacidade relativa da China para absorver o choque da crise é sua integração limitada na economia global, sobretudo em termos de mercados financeiros. O controle governamental das ligações entre o sistema financeiro chinês e os mercados globais funcionou como um anteparo, protegendo o sistema para que resistisse aos movimentos dos fluxos financeiros de todo o mundo. A China demonstra a possibilidade de beneficiar-se da globalização e de, ao mesmo tempo, oferecer proteção parcial à economia do país contra as forças incontroláveis dos mercados globais.

Não há paralelo para o sucesso da política econômica chinesa nos últimos 20 anos na sustentação de elevada taxa de crescimento (de 8,5% ao ano, em média), redução da pobreza e avanço competitivo medido pela participação nas exportações mundiais (cresceu de 0,9% em 1980 para 3,4% em 1998). Se avaliado com base na PPP (paridade de poder de compra), o PIB da China é hoje o segundo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Sua taxa agregada de investimento alcança 40% do PIB e seu índice de alfabetização plena é de 82% da população.

Apesar da veloz abertura econômica (a corrente de comércio exterior subiu de 16% do PIB, em 1980, para 41%, em 1999), é notável sublinhar que a China não se tornou vulnerável. Sua política econômica não permitiu a formação de um déficit em transações correntes que a obrigasse a tomar recursos emprestados no mercado internacional. Bem ao contrário, a China ostenta um significativo superávit comercial, é grande receptora de investimentos diretos estrangeiros e mantém suas contas externas com saldo positivo, acumulando reservas de divisas superiores a US\$ 200 bilhões. Por isso, apesar do elevado grau de abertura comercial, a economia chinesa tem-se mostrado bastante robusta ante os choques externos, tendo ultrapassado quase incólume às crises que flagelaram as economias emergentes desde 1997.

3.5.2 Problemas atuais e futuros da China

Apesar do inegável sucesso até agora, não são fáceis os desafios que se antepõem ao futuro da China. Desde logo há o desafio de sustentar uma elevada taxa de crescimento sem a qual não se criam empregos na escala necessária para manter a hegemonia do PC sobre o Estado (associado às Forças Armadas) numa sociedade crescentemente permeada por valores consumistas e individualistas, que tendem a erodir o substrato ético e ideológico do seu regime político monopartidário. O tamanho da população chinesa (1,3 bilhão de pessoas) e a intensidade da migração campo-cidade requerem a criação de, pelo menos, 10 milhões de novos empregos por ano para manter o equilíbrio social, evitando que o desemprego urbano suba de forma desestabilizadora.

O brilhante desempenho econômico da China exige exportações e importações crescentes. A forte expansão das importações nos últimos anos resulta de duas condições: 1) da estreita base de recursos naturais e de terra agricultável, que requer importações suplementares de várias matérias-primas e alimentos; 2) da necessidade de importar bens de capital, tecnologia e componentes sofisticados para dar suporte à expansão industrial. Até o presente, a China tem conseguido realizar um extraordinário e continuado incremento de suas exportações (US\$ 249,3 bilhões em 2000) para fechar com folga as suas contas, tendo-se tornado a campeã mundial em manufaturas leves intensivas em trabalho. Mas não é mais possível que sua participação já alta continue crescendo no mercado mundial desses bens.

Será necessário diversificar, ingressando em setores mais dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico. A política chinesa está-se movendo nessa direção: equipamentos de informática e de telecomunicações já ocupam posições importantes na pauta exportadora. O governo tem priorizado o desenvolvimento dos setores das tecnologias de informação e vem negociando associações com empresas estrangeiras a fim de absorver capacitação tecnológica e obter canais de exportação. Simultaneamente há firme apoio às empresas nacionais, com significativa expansão recente de programas de P&D, treinamento e formação de recursos humanos de alto nível.

A escassez relativa de recursos naturais (reservas de água doce, florestas, terras agricultáveis, recursos minerais) diante do tamanho da população, assim como o ritmo de deterioração do ambiente, constitui problema grave. É necessário poupar os recursos naturais através de inovações técnicas, de formas inteligentes de racionamento e da escolha de especializações econômicas menos demandantes dos fatores escassos. Nesse sentido, o complexo das

tecnologias de informação é uma opção duplamente adequada (dos ângulos ambiental e de competitividade exportadora).

A China terá ainda de enfrentar vários outros desafios, a saber: reestruturar e fortalecer o seu sistema bancário, comprometido com empréstimos insolventes; lidar com as crescentes desigualdades regionais e sociais; avançar na modernização do aparelho do Estado; aperfeiçoar sua estrutura fiscal e tributária; cuidar bem dos setores em que predomina a empresa privada. Essa é, sem dúvida, uma agenda difícil, mas a China tem a grande vantagem de ter construído condições autônomas para executar um projeto nacional de desenvolvimento coeso e articulado por um Estado razoavelmente competente, consciente e pragmático. Sua experiência deveria inspirar muitas lições ao Brasil.

3.6 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E MUNDIAL COM O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO ¹⁶

Os desequilíbrios regionais preexistentes e aqueles advindos da reorganização produtiva internacional contemporânea passaram a ser basicamente estudados sob duas categorias analíticas distintas: a do desenvolvimento sustentável e a do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento sustentável centra sua atenção para a relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais (NIJKAMP et. al., 1990). A grande preocupação de seus estudiosos está voltada às gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores (GUIMARÃES, 1994).

Todavia, é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. A capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. (VÁSQUEZ BARQUERO, 1988).

A contribuição da teoria de desenvolvimento endógeno consistiu em identificar quais fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a

¹⁶ Análise baseada nas obras de BAPTISTA, 1999; BLAKELY, 1994; CAMAROTTI e SPINK, 2000; CASAROTTO FILHO e PIRES, 1999; LLORENS, 2001; SAXENIAN, 1994; SOUZA, 1993; SOUZA FILHO, 1999; VÁSQUEZ BARQUERO, 1988.

pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada desses fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Levando em consideração tais pressupostos, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente em ações de cunho ortodoxo, como linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo. Deve também procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

É o caso, por exemplo, da indústria do carnaval baseada nos trios elétricos e blocos carnavalescos organizados por pequenas e médias empresas localizadas na cidade de Salvador no Estado da Bahia. Durante o ano todo e, principalmente no carnaval, desenvolvem-se inúmeras atividades geradoras de emprego e renda para milhares de pessoas. Essa indústria alcançou tão grande desenvolvimento que já exporta os trios elétricos para eventos semelhantes em todo o Brasil.

Outra experiência importante de desenvolvimento endógeno é o da APAEB — Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente no Estado da Bahia que, em meio a um quadro de extrema pobreza dos habitantes da cidade de Valente, vem modificando sensivelmente o panorama da região sisaleira da Bahia a partir de três projetos básicos interligados: Batedeira Comunitária, Cooperativa de Crédito e Fábrica de Sisal. Além desta experiência, podem ser citados o projeto Asmare — o papel das parcerias na geração de renda de Belo Horizonte, Minas Gerais, o projeto Couro Vegetal da Amazônia no Acre, o projeto Pescar e o projeto Instituição Comunitária de Crédito PortoSol ambos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (CAMAROTTI e SPINK, 2000).

Conceitua-se, portanto, o desenvolvimento econômico local como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda. Busca assim estimular e apoiar processos de organização sócio-empresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas. Ainda, objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e de micro empresários para que gerem empregos sustentáveis.

O desenvolvimento econômico local é uma nova estratégia de desenvolvimento, onde a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência. Ele tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e comunidade, maior participação nas estruturas do poder, uma ação política com autonomia e independência, contribuindo assim para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio-ambiente visando o bem da geração presente e futura.

Entre as abordagens mais radicais das características técnicas, organizacionais e territoriais do período recente é a da "especialização flexível", que se sobressai como alternativa de um novo formato industrial mediante inovações de produtos e processos em que as firmas se tornam aptas a criarem novos mercados ou ampliarem sua participação nos mercados preexistentes. O conceito de "especialização flexível" remete-nos a um outro, mais distante no tempo, introduzido na segunda metade do Século XX por Alfred Marshall: o de indústria localizada.

A moderna forma da especialização flexível se encontra no conjunto de pequenas empresas italianas, que possuem a capacidade de desenvolver as mesmas atividades e operações da grande empresa, formando um todo integrado entre si e apto a potencializar "economias de aglomeração". De início tecnologicamente rudimentares e intensivos em mão-de-obra, os distritos italianos evoluíram no sentido de converterem-se em federações, ampliando capacidades produtivas e obtendo acesso mais confortável aos mercados. A federação assumia a forma inusitada de grande indústria sem alteração da estrutura de capital, reunindo suas vantagens competitivas (SOUZA FILHO, 1999).

A Terceira Itália, o Vale do Silício, a rota 128 de Massachussets e Blumenau no Brasil são bons exemplos de desenvolvimento baseado nos distritos industriais marshallianos com pequenas e médias empresas bem articuladas entre si. Saxenian (1994), por exemplo, demonstrou a importância relevante da formação de redes colaborativas interinstitucionais para o desenvolvimento do Silicon Valley, na Califórnia, uma região intensamente competitiva.

O renascimento da idéia de "distrito marshalliano" em uma época como a atual, às voltas com os efeitos por vezes negativos da Revolução Científico-Tecnológica sobre os mercados de trabalho (desemprego, aumento das economias informal e submersa, precarização dos vínculos empregatícios), acena com a otimista possibilidade da construção de alternativas às tendências mais desfavoráveis do processo de mudança tecnológica em curso e de

reestruturação do capitalismo.

No que concerne à geração de empresas locais, pode-se adotar, também, como política de desenvolvimento endógeno, a implantação de incubadoras de empresas que são programas de assistência às micro e pequenas empresas em fase inicial. Sua finalidade é viabilizar projetos, criando novos produtos, processos ou serviços, gerando novas empresas que, após deixarem a incubadora, estejam aptas a se manter no mercado. A introdução de novas tecnologias pode ser realizada principalmente em incubadoras de base tecnológica, como no setor de telecomunicações, eletrônica, informática, mecânica de precisão, biotecnologia, químico, fabricação de produtos odontológicos, entre outros.

As políticas industriais formuladas e implementadas no âmbito dos governos centrais têm apresentado crescentes limitações em virtude do processo de globalização, formação de blocos regionais e restrições macroeconômicas relacionadas às finanças públicas. Como alternativas a essas políticas industriais centralmente concebidas e implementadas, iniciativas de políticas regionais e locais e políticas especificamente voltadas para pequenas e médias empresas vêm caracterizando diversas experiências internacionais exitosas, muito embora esses processos também venham ocorrendo, em várias regiões, sem o suporte decisivo da ação de governo.

As políticas de industrialização descentralizadas têm despontado, portanto, no cenário internacional como alternativa às políticas de desenvolvimento industrial centralmente concebidas e implementadas e obtido crescente interesse em virtude do êxito observado em industrializações localizadas no que se refere a ganhos de competitividade e geração de emprego e renda. As experiências internacionais de industrialização local constituem atualmente crescente fonte de atração de interesse de governos, comunidade acadêmica e sociedade em geral, devido ao sucesso em termos de crescimento econômico, competitividade internacional e geração de emprego nas localidades onde ocorrem.

A industrialização descentralizada se insere, portanto, no contexto do desenvolvimento econômico local. Para o IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do governo brasileiro, os diversos tipos de processos de industrialização localizada podem ser caracterizados segundo o grau de desenvolvimento das interações e articulações entre os agentes produtivos entre si e com os agentes institucionais, ou segundo a morfologia e a definição territorial da experiência (por exemplo, se em uma cidade ou em várias com ou sem uma nucleadora, etc).

Segundo o IPEA, para tratar da variedade de situações possíveis, adota-se uma tipologia para a caracterização dos processos examinados, necessariamente insuficiente, para "dar conta" das diferenças existentes entre todas as peculiaridades das situações encontradas, mas eventualmente bastante para captar os seus traços essenciais. A tipologia apresentada a seguir caracteriza as situações encontradas:

Agrupamento Potencial — quando existe, no local, concentração de atividades produtivas com alguma característica em comum, indicando a existência de tradição técnica ou produtiva (inclusive artesanal), embora inexista ou seja incipiente organização ou interação entre os agentes daquelas atividades.

Agrupamento Emergente — quando se observa, no local, a presença de empresas (de qualquer porte) com característica em comum (por exemplo, uma definição setorial comum) que possibilite o desenvolvimento da interação entre seus agentes, a presença de instituições como centros de capacitação profissional, de pesquisa tecnológica, etc., bem como de atividade incipiente de articulação ou organização dos agentes locais.

Agrupamento Maduro — quando há, no local, concentração de atividades com característica comum, a existência de uma base tecnológica significativa, e se observa a existência de relacionamentos dos agentes produtivos entre si e com os agentes institucionais locais caracterizando a geração de externalidades positivas, mas ainda com a presença de conflitos de interesses e/ou desequilíbrios denotando baixo grau de coordenação.

Agrupamento Avançado — é um agrupamento maduro com alto nível de coesão e de organização entre os agentes.

Aglomerção (*cluster*) — apresenta características de agrupamento maduro quanto ao grau de coesão, embora com menor organização, referindo-se, porém, a uma sub-região e envolvendo um número maior de localidades ou áreas urbanas, de modo contíguo e constituindo um espaço econômico pouco diferenciado em termos das atividades produtivas e fatores de produção presentes.

Pólo Tecnológico — refere-se àqueles locais em que estão reunidas empresas intensivas em conhecimento, ou de base tecnológica, bem como universidades e/ou instituições de pesquisa. Apresenta características de agrupamento maduro, embora as atividades possam apresentar pouca semelhança, por exemplo, em termos setoriais.

Redes de Subcontratação — são situações (não necessariamente um local) em que grande(s) empresa(s) nucleadora(s) forma(m) em torno de si redes de fornecedores, e que, embora sem se constituírem em um agrupamento, contam com elevado grau de organização, hierarquizada pela empresa-núcleo.

Outra iniciativa de desenvolvimento endógeno está relacionada com a formação de recursos humanos que tem como principal objetivo a qualificação da mão-de-obra, o que se torna fundamental para evitar que a falta de qualificação dos trabalhadores locais seja um fator de repulsão de investimentos. Como exemplos de sistemas de redistribuição de renda sob a forma de salários diretos ou salários sociais, pode-se considerar o programa de geração de emprego e renda para setores sociais de baixa renda, marginalizados do núcleo central do processo produtivo da economia regional.

As ações objetivando a implantação de sistemas de redistribuição de renda fazem parte também das iniciativas de desenvolvimento local. Entre elas pode ser citada a da oferta de *kits* profissionais a trabalhadores qualificados, através da qual a prefeitura cria empregos dignos, melhora a renda dos cidadãos e ajuda a capacitar a mão-de-obra local. Esses profissionais, que dispõem de alguma qualificação, podem ser apoiados para trabalharem de forma autônoma, em cooperativas ou em unidades familiares de produção de bens ou serviços.

Entre os sistemas de apoio à comunidade na área de educação, pode-se considerar o programa bolsa escola que foi implantado com sucesso no Brasil, no Distrito Federal, e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a cada família carente que mantiver todas as suas crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na rede escolar pública.

Entre as ações de desenvolvimento local voltadas para a conservação do meio ambiente, o gerenciamento dos recursos hídricos têm ganho bastante destaque porque a escassez de água é uma realidade reconhecida, sobretudo em algumas áreas do Nordeste brasileiro, e os conflitos envolvendo seus múltiplos usos são cada vez mais constantes em todo o mundo. Mais do que ser um fator de desenvolvimento de uma região, a água é fundamental para a vida no planeta. Dependendo das características geográficas e socioeconômicas da região, devem ser estudadas principalmente as medidas de saneamento básico do município, destacando-se a destinação final do resíduo sólido e o tratamento de esgotos. Além disso, deve-se controlar a capacidade de absorção da carga de efluentes lançados, procurando minimizar seus impactos.

Segundo Kane e Sand (1988), as estratégias de desenvolvimento local poderiam incluir a

criação de organizações voltadas para o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de indústrias existentes, a criação e desenvolvimento de novos negócios, o desenvolvimento do centro da cidade, o desenvolvimento das áreas circunvizinhas e a gestão do crescimento.

3.7 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹⁷

Para evitar a desintegração social que se prenuncia para o futuro da humanidade com a evolução do sistema capitalista mundial, conforme foi prognosticada no capítulo 2, é imprescindível a implementação do modelo de desenvolvimento sustentável, que tem por objetivo atender as necessidades atuais da população da Terra sem comprometer seus recursos naturais, legando-os às gerações futuras. Significa dizer que o modelo de desenvolvimento sustentável deve ser implementado objetivando a compatibilização do meio ambiente com os fatores econômico e social.

Para a consecução desse objetivo, torna-se imperativo reduzir as emissões globais de carbono dos atuais 6 bilhões de toneladas anuais para 2 bilhões, promovendo mudanças no atual modelo energético mundial baseado em combustíveis fósseis (carvão e petróleo) e nucleares, por outro estruturado fundamentalmente com base nos recursos energéticos renováveis, na hidroeletricidade, na biomassa e nas fontes de energia solar e eólica para evitar ou minimizar o aquecimento global e, conseqüentemente, a ocorrência de mudanças catastróficas no clima da Terra.

É necessário aperfeiçoar a eficiência energética desenvolvendo ações que levem à obtenção de economias de energia na cidade e no campo, nas edificações, na agricultura, nas indústrias e nos meios de transporte em geral contribuindo, dessa forma, para a redução das emissões globais de carbono e, conseqüentemente, do efeito estufa. Os esforços no âmbito da eficiência energética devem fazer com que os veículos automotores e equipamentos de usos domésticos, agrícolas e industriais tenham maior rendimento, as edificações sejam projetadas objetivando o máximo de economia de iluminação, refrigeração e calefação, a agricultura e a indústria sejam modeladas no sentido de requererem o mínimo de recursos energéticos e matérias-primas, contemplando também a autoprodução de energia com o uso de resíduos de seus processos de produção e, finalmente, a utilização de novas alternativas de transporte desde a bicicleta até aqueles de alta capacidade baseadas em ferrovias, dentre outras iniciativas;

¹⁷ Análise baseada nas obras de GUIMARÃES, 1994; ALCOFORADO, 1997.

É preciso combater a poluição da terra, do ar e da água, reduzindo os desperdícios com a reciclagem dos materiais atualmente utilizados e descartados. Nessa perspectiva, os materiais essenciais só devem ser utilizados nos processos produtivos e em outras aplicações apenas em último caso. Quando usados nas diversas aplicações, devem, em primeiro lugar, ser reutilizados inúmeras vezes; em segundo lugar, devem ser reciclados para formarem um novo produto; em terceiro lugar, devem ser queimados de modo a extrair toda a energia que contenham e, apenas em última instância, devem ser removidos para um aterro sanitário.

É imprescindível ajustar o crescimento da população aos recursos disponíveis no planeta, reduzindo suas taxas de natalidade. Hoje, a população da Terra é de 5,5 bilhões de habitantes. No ano 2030, deverá atingir 9 bilhões. Segundo estudos da ONU, considerando a média de consumo de energia vegetal em alimentos, sementes e ração animal e o avanço técnico, a produção potencial de alimentos do mundo poderia sustentar pouco mais de 11 bilhões de habitantes. Com uma população superior a 11 bilhões de habitantes, o planeta Terra poderá não resistir a tamanha demanda por recursos naturais.

É absolutamente necessário reduzir as desigualdades sociais, contemplando a adoção de medidas que contribuam para o atendimento das necessidades básicas da população mundial, tais como alimentos, vestuário, habitação, serviços de saúde, emprego e uma melhor qualidade de vida. Para que haja desenvolvimento sustentável, é preciso, portanto, que todos os seres humanos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor. Isso significa dizer que o crescimento econômico e a riqueza dele resultante devem ser compartilhados por todos, que os serviços de educação possibilitem ampliar os níveis de qualificação para o trabalho e a cultura da população mundial, que os serviços de saúde sejam eficazes no combate à mortalidade infantil e contribuam para o aumento da expectativa de vida da população, que todos os homens e mulheres do planeta tenham uma habitação decente e que hajam investimentos públicos e privados no nível necessário que contribuam para a redução do desemprego em massa que se registra na atualidade e que tende a se agravar no futuro.

Pode-se afirmar que a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável representa um grande desafio para a humanidade, porquanto afetará múltiplos interesses de natureza econômica, além de implicar em profundas mudanças no estilo de desenvolvimento da sociedade, a fim de que o crescimento econômico seja menos intensivo no consumo de matérias-primas e energia e mais equitativo na distribuição dos seus resultados para a

população. É preciso, acima de tudo, que se realize uma verdadeira revolução cultural em todo o planeta, a fim de que o paradigma do desenvolvimento atual seja substituído pelo paradigma do desenvolvimento sustentável. A tentativa que se faz mundialmente de levar avante as decisões do Tratado de Kyoto representa um passo importante na consecução do desenvolvimento sustentável.

3.8 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

Precisam de respostas convincentes algumas questões sobre a problemática do desenvolvimento:

- O capitalismo de Estado ou com forte intervenção estatal seria a solução para o desenvolvimento econômico e social de países capitalistas periféricos e semiperiféricos?
- Seria possível viabilizar simultaneamente o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social?
- Como acelerar o processo de desenvolvimento econômico de um país?
- Por que alguns países têm prosperado e outros não?
- Pode um país capitalista periférico se desenvolver?
- Pode um país capitalista desenvolvido entrar em declínio?
- Os países capitalistas atrasados economicamente estão em progressão?
- Brasil está estagnado ou se desenvolve de forma lenta e apresenta desenvolvimento desequilibrado?

3.8.1 O capitalismo de Estado e o desenvolvimento econômico e social

O capitalismo de Estado pode tomar duas formas: 1) a que prevaleceu na ex-União Soviética e nos países da Europa Oriental e a que vigora na China, Coreia do Norte e Cuba; 2) a que teve lugar no Brasil durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e do regime militar de 1930 a 1970, no Japão, Coreia do Sul e Taiwan nos pós-guerra e na Alemanha nazista, na Itália fascista e no Japão na primeira metade do Século XX.

Na primeira forma, o Estado exerce o planejamento e o controle total da economia nacional em função dos interesses do partido dominante e da burocracia estatal ou burguesia de Estado, principal beneficiária dos frutos do progresso econômico, caso em que se configura o

dirigismo estatal. Na segunda forma, os dirigentes do aparelho do Estado conduzem a economia de forma articulada com as classes dominantes (burguesia industrial e financeira) em função de objetivos comuns.

A história econômica de inúmeros países demonstra que o capitalismo de Estado tem sido a solução para vencer o atraso econômico. Foi o caso da ex-União Soviética, da China, de Taiwan, do Japão e do próprio Brasil no Século XX. O progresso econômico alcançado por esses países se deveu fundamentalmente ao papel desempenhado pelo Estado na promoção do desenvolvimento. Muito provavelmente o desempenho econômico desses países seria inferior se suas economias ficassem sob o livre jogo do mercado.

Em países periféricos e semiperiféricos, onde não se desenvolveram as condições para incrementar o progresso técnico e viabilizar o processo de acumulação do capital, o papel do Estado é decisivo para que elas se realizem. O Estado pode assumir, em um extremo, o papel de planejar e controlar a economia como um todo, o que vem ocorrendo na China e, no outro, o de ser apoiador das empresas na consecução de seus objetivos, como ocorreu na Coreia do Sul, em Taiwan e no Brasil.

No entanto, a prática vem demonstrando que, nas nações onde o capitalismo de Estado se afirmou, sobretudo nos países totalitários, o desenvolvimento social não aconteceu no mesmo ritmo em que se deu o desenvolvimento econômico o que se deve ao fato de que nesses países a Sociedade Civil não encontra espaço para interferir nos rumos da atividade econômica. Uma das características dos países onde prevalece o capitalismo de Estado é a da centralização do poder em mãos de uma burocracia que privilegia os aspectos econômicos em detrimento dos sociais. Em outras palavras, o capitalismo de Estado pode realizar o progresso econômico sem alcançar, no entanto, o progresso social.

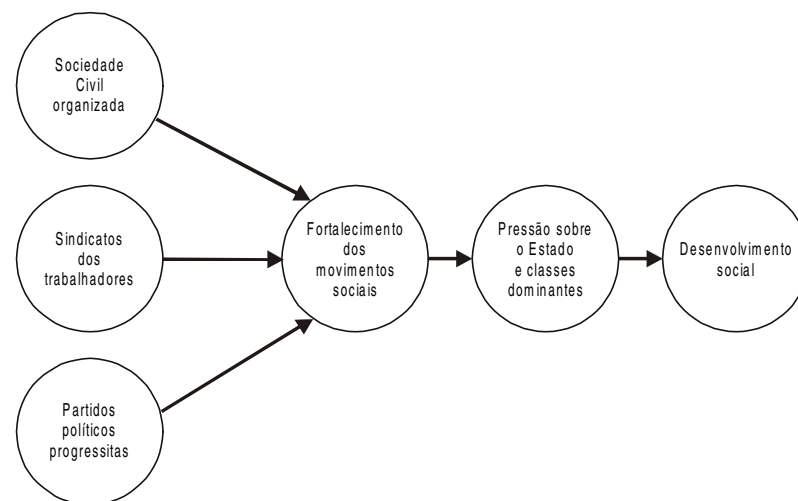
3.8.2 Desenvolvimento econômico e social simultâneos

A história econômica mundial não registra nenhum caso de um país que tenha promovido o desenvolvimento econômico simultaneamente com o desenvolvimento social, isto é, que tenha apresentado elevadas taxas de crescimento do PIB, baixas taxas de inflação, baixas taxas de juros, desenvolvimento regional equilibrado e, ao mesmo tempo, o atendimento das demandas sociais em termos de pleno emprego, adequada distribuição da renda e da riqueza

nacionais, habitação, serviços de educação e saúde e acesso à cultura, entre outras. No capitalismo, a compatibilização do progresso econômico com o bem-estar social depende fundamentalmente da capacidade que os movimentos sociais tenham de pressionar o governo e as classes dominantes no atendimento das demandas sociais.

As concessões das classes dominantes em relação aos trabalhadores e à população em geral nos países da Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, que levaram à implantação do *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social) se deveram fundamentalmente às pressões dos movimentos sociais, sobretudo dos sindicatos dos trabalhadores, bem como à ameaça que havia desses países se integrarem ao sistema socialista sob a liderança da União Soviética se neles ocorressem revoluções sociais do tipo soviético. A história é plena de exemplos que confirmam a tese de que sem pressão social não há avanço social.

O desenvolvimento social só se realiza na medida em que a pressão dos movimentos sociais sobre o Estado e as classes dominantes seja irresistível (Figura 19). Nesse sentido, é preciso que sejam fortalecidos os movimentos sociais. Uma das características da atualidade em todo o mundo é o do enfraquecimento dos movimentos sociais, sobretudo dos trabalhadores em face das mudanças econômicas processadas no planeta com o objetivo de solucionar a crise geral vivida pelo capitalismo mundial.



Elaboração própria.

Figura 19 – Fatores determinantes do desenvolvimento social

Muitas das conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores em todo o mundo no Século XX estão sendo postas em xeque, incluindo o próprio Estado do Bem-Estar Social, implantado

em alguns países da Europa Ocidental. Nos países periféricos e semiperiféricos, está havendo um processo de liberalização ou flexibilização da legislação para facilitar o ingresso de capitais externos em detrimento dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população. Diante desse fato, a tendência é de que o desenvolvimento social não acompanhe o desenvolvimento econômico onde esse ocorrer.

3.8.3 A aceleração do processo de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região

O desenvolvimento econômico que se traduz no aumento da renda e da riqueza de um país ou de uma região resulta do processo de acumulação do capital. Para haver acumulação de capital é necessário, entretanto, que haja poupança e investimentos que contribuam para o incremento da atividade produtiva, bem como para a reposição do estoque de capital depreciado ou obsoleto.

Em uma economia em que prevalecem as forças de mercado compete aos empresários a decisão de poupar e investir movidos pela necessidade de fazerem frente aos concorrentes e de atender à demanda de produtos ou serviços. Nos países de economia de mercado onde prevalece o capitalismo de Estado, o governo faz o planejamento indicativo e governo e grandes empresas pouparam e investem objetivando o desenvolvimento econômico. Em uma economia centralmente planejada como a socialista, a decisão de poupar e investir é do Estado com base em planos preparados para atenderem às demandas de produtos e serviços da sociedade.

Nas economias de mercado, a população contribui ao lado dos empresários para o incremento da poupança através de incentivos que lhe são oferecidos pelo governo e pelo sistema financeiro. Nas economias centralmente planejadas, a poupança é realizada pelo governo e pela sociedade em geral de forma compulsória. Nas economias de mercado, o ato de investir é pulverizado pelo conjunto das empresas que delas fazem parte. Nas economias de mercado onde prevalece o capitalismo de Estado, o governo centraliza boa parte da poupança fazendo com que o ato de investir seja parcialmente concentrado. Nas economias centralmente planejadas, o ato de investir é realizado de forma concentrada pelo governo.

Quanto maior o volume de poupança obtida e de investimentos realizados, maior é a chance

de que o desenvolvimento econômico aconteça de forma acelerada. O desenvolvimento econômico tem mais chance de ocorrer de forma acelerada nas economias de mercado em que prevalece o capitalismo de Estado e nas economias centralmente planejadas, sobretudo nessas últimas devido ao maior controle que o Estado teria sobre o ato de poupar e de investir. A história econômica mundial é plena de exemplos dessa ordem, como é o caso dos países socialistas, dos países do Pacífico Asiático e do próprio Brasil quando prevaleceu o dirigismo estatal no Século XX.

O grande desafio dos países periféricos e semiperiféricos é o de viabilizar poupança própria em grande volume para poder investir no processo de acumulação do capital. Os países do Pacífico Asiático conseguiram realizar tal proeza e expandir suas economias na segunda metade do Século XX. No entanto, outros países, como foi o caso do Brasil de 1930 até o presente momento, expandiram suas economias apoiando-se na poupança externa para não comprometerem os níveis de consumo interno. Esses países fracassaram duplamente: a expansão econômica cessou ou declinou, isto é, não foi sustentável e o endividamento externo ampliou-se. Esse fato mostra que a chave para promover o desenvolvimento econômico de um país reside na obtenção da poupança interna para realizar os investimentos necessários.

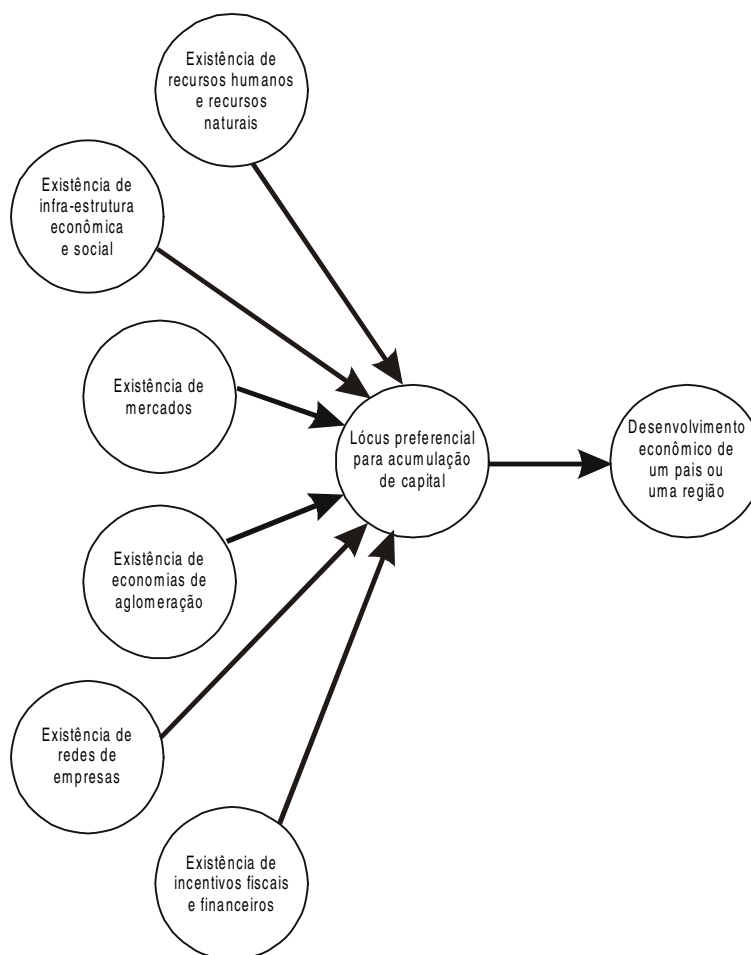
3.8.4 A prosperidade econômica das nações

Ao longo da história da humanidade, algumas nações prosperaram e outras não devido à ausência de determinados fatores que contribuem para seu desenvolvimento econômico. De modo geral, o desenvolvimento econômico não se sustenta com a insuficiência do processo de acumulação do capital, da mesma forma que o desenvolvimento social não se realiza com a fraqueza da Sociedade Civil organizada, dos sindicatos de trabalhadores e dos partidos políticos progressistas somada a fatores culturais inibidores.

Um país ou uma região pode alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico se existirem recursos humanos e naturais em quantidade e qualidade, infra-estrutura econômica e social compatível com as necessidades, mercados interno e externo para os produtos e serviços nela produzidos, economias de aglomeração que assegurem produtividade e competitividade para os produtos e serviços, redes de empresas que possibilitem a constituição de cadeias produtivas de elevada competitividade e incentivos fiscais e

financeiros por parte do governo para a atração de investidores (Figura 20).

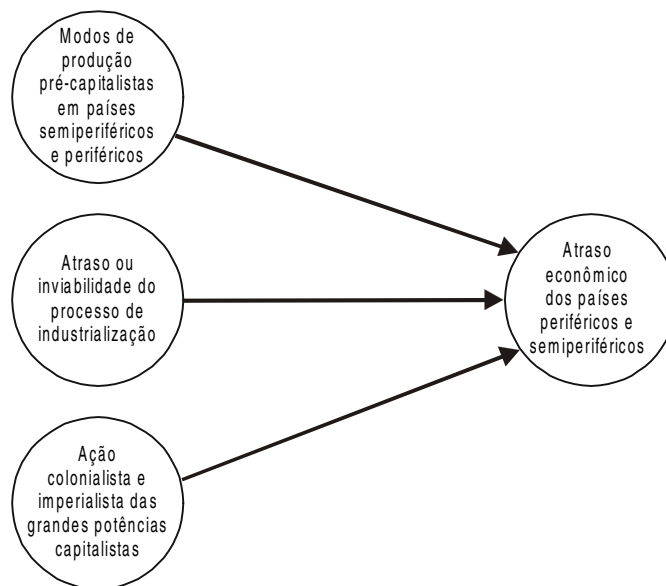
O país ou a região que reunir todos os fatores descritos se constituirá em lócus para o processo de acumulação de capital e, em conseqüência, promoverá seu desenvolvimento econômico. Os países que prosperaram economicamente conseguiram reunir a maior parte dos fatores acima descritos. De modo geral, os países que não prosperaram são aqueles que apresentam carência total ou parcial desses fatores.



Elaboração própria.

Figura 20 – Fatores determinantes do desenvolvimento econômico de um país ou uma região

Os países periféricos e semiperiféricos têm seu progresso obstaculado também devido à existência de modos de produção pré-capitalistas de produção, ao atraso ou inviabilidade do processo de industrialização e à ação colonialista e imperialista das grandes potências capitalistas (Figura 21).



Elaboração própria.

Figura 21 – Fatores determinantes do atraso econômico de países periféricos e semiperiféricos

3.8.5 A transformação de país capitalista periférico para a condição de desenvolvido

A transformação de país capitalista periférico para a condição de desenvolvido é bastante difícil de se realizar conforme foi demonstrada por Arrighi (1997) para quem, no Século XX, nenhum país saiu da periferia capitalista para se tornar desenvolvido. A Coreia do Sul foi o único da periferia que se tornou semiperiférico e o Japão e a Itália saíram da condição de semiperiféricos para a de integrantes do núcleo de países desenvolvidos.

O Japão e a Coreia do Sul conseguiram escalar para um nível mais alto devido ao apoio financeiro que obtiveram dos Estados Unidos no pós-guerra e, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Estado nacional na promoção do desenvolvimento. A Itália conseguiu alcançar o patamar de país desenvolvido graças a uma série de fatores favoráveis existentes em sua economia como, por exemplo, a constituição da Terceira Itália e da Comunidade Econômica Européia e ao papel desempenhado pelo Estado italiano na superação das desigualdades regionais.

A carência e a presença dos fatores, no todo ou em parte, indicados na Figura 20, explicam as razões pelas quais se torna bastante difícil um país periférico se transformar em desenvolvido. Um país semiperiférico teria mais condições de galgar um patamar mais elevado porque reuniria em princípio menos obstáculos nessa direção.

3.8.6 O declínio de país capitalista desenvolvido

A literatura não registra a ocorrência de um país desenvolvido ser levado à condição de país semiperiférico ou periférico. Apenas em uma condição essa situação pode ocorrer, isto é, quando da emergência de uma guerra de caráter generalizado como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha decaiu economicamente, mas não se tornou semiperiférica. Após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha e o Japão se tornaram países semiperiféricos porque tiveram suas economias arrasadas e só se recuperaram com o apoio financeiro dos Estados Unidos. Tem havido casos de países em declínio em termos de hegemonia mundial, mas todos aqueles que deixaram de ser hegemônicos continuaram desenvolvidos como exemplifica a Inglaterra após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

3.8.7 O progresso de países capitalistas periféricos e semiperiféricos

De modo geral, os países capitalistas periféricos e semiperiféricos não estão progredindo se for tomada como base de comparação a evolução dos países desenvolvidos, comparação essa que indica o aumento do fosso que separava os desenvolvidos dos demais. Conforme foi apresentado no capítulo 2, foram poucos os países que ascenderam na hierarquia da economia mundial de 1930 até o final do Século XX. Apenas o Japão e a Itália saíram da condição de país semiperiférico para a de país desenvolvido e a Coreia do Sul, de país periférico para a de país semiperiférico. Os demais permaneceram nas posições que se encontravam na década de 1930.

Quando se processa a análise da evolução de cada país ao longo do tempo de forma isolada cria-se a ilusão de progresso porque os números costumam indicar o crescimento de uma série de variáveis econômicas e sociais. É o PIB, o investimento, a produção, o emprego, etc, que aumentam como se o crescimento dessas variáveis fossem sinônimos de progresso. O verdadeiro progresso de um país, de uma nação, se realiza quando se alcança o bem-estar social de toda a população, medido pelo IDH. No mundo inteiro, também nos países desenvolvidos, o progresso ainda não se realizou na plenitude. No planeta, tem havido uma piora em todos os países nos indicadores de bem-estar social. Não apenas os países periféricos e semiperiféricos encontram-se em regressão no que se refere ao progresso no bem-estar social, mas também, os países desenvolvidos.

3.8.8 O desenvolvimento do Brasil

Nos capítulos 4 e 5, estão apresentadas as respostas sobre a questão se o Brasil está estagnado ou se desenvolve de forma lenta e apresenta desenvolvimento desequilibrado. Pode-se

constatar nos capítulos 4 e 5 que o Brasil está estagnado e apresenta crescentes disparidades sociais e regionais de renda.

A estagnação do Brasil pode ser comprovada no Gráfico 1, que apresenta, segundo Arrighi (1997), a relação PNB *per capita* por região ou país selecionado/PNB *per capita* do núcleo orgânico da economia mundial, a seguir discriminado:

- Europa Ocidental: Benelux, Escandinávia, Alemanha Ocidental, Áustria, Suíça, França e Reino Unido
- América do Norte: Estados Unidos e Canadá
- Austrália e Nova Zelândia

A análise do gráfico 1 do capítulo 2 mostra que o Brasil, que apresentou grande avanço em 1980, voltou em 1988 ao mesmo patamar de 1938, 1948 e 1960, sendo superado naquele ano pela Coreia do Sul, o que significa dizer que houve uma regressão do Brasil na hierarquia da economia mundial.

Quando se processa a análise da evolução do Brasil no decorrer de sua história, cria-se a ilusão de progresso porque os números indicam que houve o crescimento de uma série de variáveis econômicas e sociais. Conforme pode ser visto no capítulo 4, o Brasil evoluiu da condição de economia primário-exportadora para a de economia industrial. No entanto, aumentou enormemente sua dependência econômica e tecnológica em relação ao Exterior, haja vista ter seu crescimento econômico se apoiado fortemente em capitais externos, sobretudo a partir do processo de industrialização iniciado na década de 1930.

Apesar do avanço dos indicadores econômicos e sociais do Brasil ao longo do tempo, o verdadeiro progresso econômico e social não se realizou porque não se alcançou o bem-estar social de toda a população. Além disso, o Brasil apresenta desequilíbrios de toda ordem: 1) aumentou a dependência econômica, financeira e tecnológica em relação ao Exterior; 2) ampliou os desníveis sociais de renda; 3) elevou as disparidades regionais.

3.9 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Tomando por base o exposto neste capítulo, pode-se concluir que o impressionante processo de desenvolvimento do Japão teve como base um projeto de afirmação de identidade nacional

em continuidade à Revolução *Meiji* de 1868 que foi realizada para capacitar o país a enfrentar o desafio ocidental. O Japão foi ajudado pelas reformas impostas pela ocupação norte-americana após a Segunda Guerra Mundial, entre as quais a reforma agrária. O Estado japonês tem orientado e coordenado as empresas japonesas organizadas em redes (*keiretsu e kygio shudan*), ajudando-as com políticas de comércio, tecnologia e crédito para competirem com sucesso na economia mundial. O modelo japonês representa uma experiência crucial que demonstra como a intervenção estatal estratégica e seletiva pode tornar uma economia de mercado mais produtiva e mais competitiva.

Na Itália, as indústrias internacionalmente bem-sucedidas se caracterizam como empresas médias e pequenas que competem principalmente na exportação, com investimento exterior direto apenas limitado. Outra característica notável das indústrias italianas é a concentração geográfica, na qual muitas, talvez centenas, de empresas de uma indústria estão localizadas numa única cidade. As barreiras comerciais limitam os rivais estrangeiros. A política regional é baseada na atração de fábricas isoladas para o Sul, com pesados subsídios e promoção do desenvolvimento dessa região do país. No início dos anos 70, entre o norte e o sul da Itália, surgiu uma “Terceira Itália”. Nessa região, o crescimento das micros, pequenas e médias empresas foi impulsionado pela formação de “distritos industriais”, nos quais estabeleceu-se um sistema de confiança e cooperação entre tais empresas.

Na Coreia do Sul, a intervenção norte-americana foi fundamental para a criação de uma economia moderna em 1948–60, mediante a reforma agrária, o apoio militar e a ajuda financeira maciça que permitiu a reconstrução e a sobrevivência do país. O governo da Coreia do Sul, muito influenciado pelo modelo japonês, criou uma estrutura industrial baseada em grandes empresas, organizadas como conglomerados. Foram adotadas fortes medidas protecionistas com o objetivo de preservar os mercados internos. Com o controle do sistema bancário e das licenças para exportação/importação, o Estado provocou a fusão das empresas coreanas na forma de grandes redes verticais (as *chaebol*), semelhantes às *keiretsu* japonesas. O governo implementou vários planos econômicos quinquenais, direcionou as empresas coreanas para os setores considerados estratégicos para a economia nacional e rejeitou a presença excessiva de empresas multinacionais estrangeiras. O governo era muito seletivo ao permitir investimento estrangeiro, procurando, sobretudo, empresas que pudessem facilitar alguma transferência de tecnologia. A ênfase em ciência e tecnologia aliada à melhoria dos produtos e processos na indústria coreana tem sido a obsessão da Coreia do Sul desde a década de 60. A ausência de regulamentação e o pouco controle do governo sobre o sistema

financeiro foram os fatores decisivos para que a crise financeira arruinasse a economia em 1997.

O crescimento de Taiwan foi conquistado, em grande parte, com produtividade e competitividade geradas por um sistema de produção flexível. O modelo de crescimento econômico mudou drasticamente da ênfase na indústria em substituição à importação dos anos 50, passando pela industrialização orientada à exportação na década de 60 (o período de decolagem) e chegando à fase de “substituição da importação voltada para a exportação” durante as décadas de 70 e 80 (ou seja, a ampliação da base industrial para alimentar exportações de bens manufaturados). Uma reforma agrária de inspiração norte-americana destruiu a classe de proprietários rurais e gerou uma grande população de pequenos agricultores que, com a ajuda do Estado, aumentou a produtividade agrícola de forma significativa. O Estado taiwanês atraiu o investimento estrangeiro como um modo de obter capital e acesso aos mercados internacionais. Mas as empresas estrangeiras eram ligadas, por meio de sistema de subcontratação, a uma ampla rede de pequenas empresas que formavam uma base significativa para produção industrial. A orientação da economia voltada para o exterior não implicava seu controle por multinacionais (como em Cingapura) nem a formação de grandes conglomerados nacionais (a exemplo da Coreia), embora vários grupos industriais tenham se desenvolvido sob os auspícios do Estado e, na década de 90, houvesse diversas empresas taiwanesas de grande porte totalmente internacionalizadas. O Estado foi o principal agente na orientação e coordenação do processo de industrialização, na montagem da infraestrutura, na conquista do capital estrangeiro, na escolha das prioridades para investimentos estratégicos e na imposição de suas condições, quando necessário.

Na China, foi introduzido um capitalismo bastante descentralizado porque seguiu os contornos das alianças provinciais e locais das redes de empresas com as quais estão conectadas. Um fator que manteve a China na trajetória do desenvolvimento foi a administração pelo governo de seu ritmo de integração no comércio internacional. O principal fator que explica a capacidade relativa da China para absorver o choque da crise é sua integração limitada na economia global, sobretudo em termos de mercados financeiros. O controle governamental das ligações entre o sistema financeiro chinês e os mercados globais funcionou como um anteparo, protegendo o sistema para que resistisse aos movimentos dos fluxos financeiros de todo o mundo. A China demonstra a possibilidade de beneficiar-se da globalização e de, ao mesmo tempo, oferecer proteção parcial à economia do país contra as forças incontroláveis dos mercados globais.

Ficou evidenciado que é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. Iniciativas de políticas regionais e locais e políticas especificamente direcionadas a pequenas e médias empresas vêm caracterizando diversas experiências internacionais exitosas, muito embora esses processos também venham ocorrendo, em várias regiões, sem o suporte decisivo da ação de governo.

É provável que a deterioração do meio ambiente e o declínio econômico alimentem-se reciprocamente, arrastando-nos numa espiral descendente de desintegração social, que tende a assumir proporções catastróficas no futuro, não apenas pelo declínio econômico decorrente das restrições ambientais, mas também pela exclusão social resultante do processo em curso de inovação tecnológica e gerencial em todo o sistema capitalista mundial no contexto da globalização. A introdução do conceito de desenvolvimento sustentável implica em profundas mudanças no estilo de desenvolvimento da sociedade, a fim de que o crescimento econômico seja menos intensivo no consumo de matérias-primas e energia e mais equitativo na distribuição dos seus resultados para a população. É preciso, acima de tudo, que se realize uma verdadeira revolução cultural em todo o planeta, para que o paradigma do desenvolvimento atual seja substituído pelo paradigma do desenvolvimento sustentável.

A história econômica de inúmeros países demonstra que o capitalismo de Estado tem sido a solução para vencer o atraso econômico. Foi o caso da ex-União Soviética, da China, de Taiwan, do Japão e do próprio Brasil no Século XX. O progresso econômico alcançado por esses países se deveu fundamentalmente ao papel desempenhado pelo Estado na promoção do desenvolvimento. Muito provavelmente o desempenho econômico desses países seria inferior se suas economias ficassem sob o livre jogo do mercado.

O papel do Estado é decisivo para que se desenvolvam as condições para incrementar o progresso técnico e viabilizar o processo de acumulação do capital em países periféricos e semiperiféricos. O Estado pode assumir, em um extremo, o papel de planejar e controlar a economia como um todo e, no outro, o de apoiar as empresas na consecução de seus objetivos. O desenvolvimento alcançado pelo Japão, pela Coreia do Sul, pela China e por Taiwan demonstra essa afirmativa.

No entanto, nas nações onde o capitalismo de Estado se afirmou, sobretudo nos países totalitários, o desenvolvimento social não aconteceu no mesmo ritmo em que se deu o desenvolvimento econômico. Isso se deve ao fato de que nesses países a Sociedade Civil não

encontra espaço para interferir nos rumos da atividade econômica. Uma das características dos países onde prevalece o capitalismo de Estado é a centralização do poder em mãos de uma burocracia que privilegia os aspectos econômicos em detrimento dos sociais. Em outras palavras, o capitalismo de Estado pode realizar o progresso econômico sem alcançar, no entanto, o progresso social. Foi o caso de países como o Japão, a Coreia do Sul, a China, Taiwan e o próprio Brasil em suas etapas desenvolvimentistas.

Não há registro, na história econômica mundial, de país que tenha promovido o desenvolvimento econômico simultaneamente com o desenvolvimento social, isto é, que tenha apresentado elevadas taxas de crescimento do PIB, baixas taxas de inflação, baixas taxas de juros, desenvolvimento regional equilibrado ao mesmo tempo que tenha atendido às demandas sociais em termos de pleno emprego, adequada distribuição da renda e da riqueza nacionais, habitação, serviços de educação e saúde e acesso à cultura, dentre outros. No capitalismo, a compatibilização do progresso econômico com o bem-estar social depende fundamentalmente da capacidade que os movimentos sociais tenham de pressionar o governo e as classes dominantes no atendimento das demandas sociais. Os países da Europa Ocidental conquistaram grande avanço nas leis sociais graças à força da Sociedade Civil organizada.

No momento atual, muitas das conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores em todo o mundo no Século XX estão sendo postas em xeque, incluindo o próprio Estado do Bem-Estar Social implantado em alguns países da Europa Ocidental, como ficou demonstrado no capítulo 2. Nos países periféricos e semiperiféricos, está havendo um processo de liberalização ou flexibilização da legislação para facilitar o ingresso de capitais externos em detrimento dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população. Diante desse fato, a tendência é a de que o desenvolvimento social não acompanhe o desenvolvimento econômico onde esse ocorrer.

Pode-se afirmar que os países que têm maior capacidade de gerar poupança realizam maior volume de investimentos na atividade produtiva e têm mais chance de promover o desenvolvimento econômico acelerado. Consta-se que o desenvolvimento econômico tem mais chance de ocorrer de forma acelerada nas economias de mercado onde prevalece o capitalismo de Estado e nas economias centralmente planejadas, sobretudo nessas últimas, devido ao maior controle do Estado sobre o ato de poupar e de investir. A história econômica mundial é plena de exemplos dessa ordem, como é o caso dos países socialistas, dos países do Pacífico Asiático e do próprio Brasil quando prevaleceu o dirigismo estatal no Século XX.

Viabilizar poupança própria em grande volume para poder investir no processo de acumulação de capital representa o grande desafio dos países periféricos e semiperiféricos. Os países do Pacífico Asiático conseguiram realizar tal proeza e expandir suas economias na segunda metade do Século XX. No entanto, outros países, como foi o caso do Brasil de 1930 até o presente momento, expandiram suas economias apoiando-se na poupança externa para não comprometerem os níveis de consumo interno. Os países que optaram por utilizar poupança externa na promoção de seu desenvolvimento fracassaram duplamente: a expansão econômica cessou ou declinou, isto é, não foi sustentável e o endividamento externo ampliou-se. Esse fato mostra que a chave para promover o desenvolvimento econômico de um país reside na obtenção da poupança interna para realizar os investimentos necessários.

Está bastante comprovado pelos exemplos da história que o desenvolvimento econômico não se sustenta com a insuficiência do processo de acumulação do capital, da mesma forma que o desenvolvimento social não se realiza com a fraqueza da Sociedade Civil organizada, dos sindicatos de trabalhadores e dos partidos políticos progressistas, somados a fatores culturais inibidores. Acumulação de capital para promover o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da Sociedade Civil Organizada são essenciais para que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social se realizem na plenitude e simultaneamente.

Constata-se, também, pelos exemplos da história, que um país ou uma região só alcançarão níveis elevados de desenvolvimento econômico se existirem recursos humanos e naturais em quantidade e qualidade, infra-estrutura econômica e social compatível com as necessidades, mercados interno e externo para os produtos e serviços nela produzidos, economias de aglomeração que assegurem produtividade e competitividade para os produtos e serviços, redes de empresas que possibilitem a constituição de cadeias produtivas de elevada competitividade e incentivos fiscais e financeiros por parte do governo para a atração de investidores.

Está também bastante demonstrado que o país ou a região que reunir todos esses fatores se constituirão em lócus para o processo de acumulação de capital e, em conseqüência, promoverão seu desenvolvimento econômico. Os países capitalistas desenvolvidos, também os novos países industrializados, prosperaram economicamente porque conseguiram reunir a maior parte dos fatores acima mencionados. De modo geral, os países que não prosperaram são aqueles que apresentam carência total ou parcial desses fatores. Por sua vez, os países capitalistas periféricos e semiperiféricos têm seu progresso obstaculado, não apenas devido à existência de modos de produção pré-capitalistas e ao atraso ou inviabilidade do processo de

industrialização, mas, sobretudo, em consequência da ação colonialista e imperialista das grandes potências capitalistas.

Não há exemplo na história de transformação de país capitalista periférico para a condição de desenvolvido. No Século XX, nenhum país situado na periferia capitalista se tornou desenvolvido. A Coreia do Sul foi o único da periferia que avançou para a condição de país semiperiférico e o Japão e a Itália saíram da condição de países semiperiféricos para a de integrantes do núcleo de países desenvolvidos. A União soviética e os países socialistas que se constituíram após a Segunda Guerra Mundial não conseguiram se transformar em países desenvolvidos, apesar do grande esforço realizado.

Ao analisar a evolução de cada país ao longo do tempo, cria-se a ilusão de progresso porque os números costumam indicar o crescimento de uma série de variáveis econômicas e sociais. É o PIB, o investimento, a produção, o emprego, etc., que aumentam como se o crescimento dessas variáveis fossem sinônimos de progresso. O verdadeiro progresso de um país, de uma nação, se realiza quando se alcança o bem-estar social de toda a população, medido pelo IDH. No mundo inteiro, também nos países desenvolvidos, o progresso ainda não se realizou na plenitude. No planeta, tem havido uma piora em todos os países nos indicadores de bem-estar social, conforme demonstrado no capítulo 2. Não apenas os países periféricos e semiperiféricos encontram-se em regressão em termos de progresso no bem-estar social, mas também os países desenvolvidos.

No Brasil, constata-se também a existência da ilusão de progresso quando se analisam os números que indicam o crescimento de uma série de variáveis econômicas e sociais. O fato de o Brasil ter evoluído da condição de economia primário-exportadora para a de economia industrial é saudado como demonstração de progresso. No entanto, aumentou enormemente sua dependência econômica e tecnológica em relação ao Exterior, haja vista ter seu crescimento econômico se apoiado fortemente em capitais externos, sobretudo a partir do processo de industrialização iniciado na década de 30, e ampliou os desníveis sociais e regionais de renda, conforme está demonstrado nos capítulos 4 e 5. Apesar do avanço dos indicadores econômicos e sociais do Brasil ao longo do tempo, o verdadeiro progresso econômico e social não se realizou porque não se alcançou o bem-estar social de toda a população.